

# Polémica suscitada pelos diferentes intervenientes no projecto de norma “Agricultura”

Graça Maria do Carmo Azevedo  
Equiparada a Professora Adjunta - ISCA-UA

<b>1 – Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2 – Justo Valor .....</b>	<b>2</b>
<b>3 – Problemática Levantada pela <i>Exposure Draft</i> E65.....</b>	<b>4</b>
3.1 – Definição de Justo Valor.....	5
3.2 – Processamento Depois da Colheita .....	7
3.3 – Valorização dos Activos Biológicos ao Justo Valor .....	9
3.4 – Credibilidade da Valorização ao Justo Valor .....	13
3.5 – Reconhecimento no Resultado Líquido das Alterações do Justo Valor .....	17
3.6 – Componentes da Alteração do Justo Valor.....	21
3.7 – Orientação Sobre as Componentes da Alteração do Justo Valor .....	22
<b>4 – Conclusão .....</b>	<b>24</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>25</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

A actividade agrícola está revestida de características muito heterogenias devido à grande variedade de actividades que engloba. A falta de normalização, a diversidade de actividades e a importância económica da actividade agrícola leva à necessidade dos utentes terem informação financeira relevante para a tomada de decisão.

A agricultura tem determinadas características com diferentes interpretações que justificam o aparecimento de normas contabilísticas específicas, próprias para um sector com tantas especificidades. Neste sentido, por exemplo, a Direcção da Revista Española de Financiación y Contabilidad emitiu uma versão espanhola do *Draft Statement of Principles*, devido à importância do tema e à rotura com critérios contabilísticos fortemente enraizados, denominada “Borrador de Declaraciones de Principios sobre Agricultura”, relativo ao documento inicial emitido pelo IASB em Dezembro de 1996 (REFC, 1998).

Os avanços da normalização contabilística levaram à publicação da norma internacional de contabilidade (NIC) 41, sobre agricultura, emitida pelo *International Accounting Standard Board*

(IASB)<sup>1</sup>, a qual vem reforçar ainda mais a necessidade de normalização contabilística deste sector em Portugal visto estarmos perante um vasto número de pequenas ou micro-empresas que não têm aplicação directa das NIC.

Esta norma tem como principal objectivo o aperfeiçoamento e a harmonização dos métodos utilizados para o reconhecimento, valorização, apresentação e publicação nas demonstrações financeiras do impacte financeiro dos factos e das transacções associadas com a actividade agrícola (REFC, 1998).

A NIC 41 determina a utilização de uma base de reconhecimento diferente do custo histórico, perante a qual a estrutura conceptual do IASB é omissa, propondo a utilização do critério valorimétrico do justo valor para reconhecimento e mensuração dos activos biológicos e produtos agrícolas.

No contexto mundial, são poucos os países que têm normalização contabilística específica sobre agricultura, até porque esta actividade esteve sempre muito associada a explorações de pequena ou média dimensão, com o único objectivo de obtenção do rendimento familiar. Contudo, durante os últimos anos esta tendência foi contrariada e levou a uma maior procura de informação relativa ao sector, o que suscitou o interesse dos organismos de normalização contabilística no sector agrícola.

Com este trabalho procuramos abordar a polémica provocada pela ED65 e o seu desenvolvimento até à emissão da NIC 41, com a valorização de certos elementos ao justo valor, salientando para isso as diferentes posições dos intervenientes da discussão pública.

## **2 – JUSTO VALOR**

De acordo com o POC (1989)<sup>2</sup>, as contas anuais das empresas devem apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das operações realizadas. Esta imagem pressupõe que a informação seja elaborada sem preconceitos ou juízos prévios, tendo por

---

<sup>1</sup> Optámos por utilizar ao longo deste trabalho a actual designação de IASB (*Internacional Accounting Standard Board*), organismo que resulta do processo de reestruturação do IASC (*Internacional Accounting Standard Committee*), desde Abril de 2001. As normas internacionais de contabilidade a emanar pelo IASB passarão a ser designadas por IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*). No entanto, as normas anteriormente emanadas pelo IASC designadas como IAS (*Internacional Accounting Standard*) nº 1 a 41 continuam em vigor, não obstante a sua tutela ter sido integralmente transferida para o IASB. Neste trabalho utilizaremos a designação portuguesa de NIC (Norma Internacional de Contabilidade) sempre que nos queiramos referir a estas normas.

<sup>2</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei nº410/89 de 21 de Novembro e que estabelece no seu ponto 3 as características qualitativas da informação financeira (relevância, fiabilidade e comparabilidade), referindo no seu ponto 3.2 que “estas características, juntamente com conceitos, princípios e normas contabilísticas adequadas, fazem com que surjam demonstrações financeiras geralmente descritas como apresentando uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da empresa”.

base o critério valorimétrico do custo histórico. Contudo, sempre existiu a preocupação de actualizar, o valor inicialmente escriturado, de forma a melhorar a informação. É neste sentido que o POC 89 possibilita a correcção monetária, tendo essa correcção que se suportar em coeficientes de desvalorização monetária.

A nível internacional, a NIC 1 descreve como objectivo das demonstrações financeiras o de “*proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e de fluxos de caixa de uma empresa que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas*” (IASB, 2004a, p. §5). Por outro lado verificamos, nos diferentes marcos conceptuais que o objectivo prioritário das demonstrações financeiras é o da utilidade da informação, apoiando-se esta nas características qualitativas básicas que a informação financeira deve cumprir, como seja a relevância e a fiabilidade. Contudo, para Esteban Pagola e Luna Jiménez (2000), estes dois requisitos condicionam a selecção do método de valorização aplicável aos elementos que integram as demonstrações financeiras (DF's).

As normas do IASB optam cada vez mais pela aplicação do critério valorimétrico do justo valor, não só em termos de contabilização dos instrumentos financeiros, mas também da valorização dos activos fixos, como é o caso dos activos biológicos. No mesmo sentido, também o FASB se aproxima, com a introdução do conceito *comprehensive income*<sup>3</sup> (entendendo-se este como um resultado ampliado) onde se enquadram os ganhos e perdas resultantes da aplicação de certos critérios de valorização, que não o custo histórico. Além disso, também este organismo emitiu várias normas onde permitia ou exigia a valorização ao justo valor.

Em termos internacionais, e especificamente para a agricultura, a NIC 41 define justo valor<sup>4</sup> como a “*quantia pela qual um activo pode ser trocado, ou liquidado um passivo, entre entidades conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção ao alcance das mesmas mas em que nenhum relacionamento existe entre elas, isto é, actuando cada uma com independência*” (IASB, 2000, §8).

Com o objectivo de definir o conceito de justo valor, em Portugal foi emitida a Directriz Contabilística nº 13 “Conceito de justo valor”<sup>5</sup>. No entanto, este conceito já aparecia aplicado em directrizes anteriores, como é o caso, por exemplo, da DC nº 1 “Tratamento Contabilístico de

---

<sup>3</sup> Este conceito foi introduzido inicialmente na SFAC 3, tendo sido desenvolvido mais tarde pela SFAS (*Statement of Financial Accounting Standard*) 130. Passaremos, de agora em diante, a utilizar a designação de SFAS para as normas emitidas pelo FASB

<sup>4</sup> O justo valor de um activo é baseado na sua localização e condições presentes. Consequentemente, por exemplo, o justo valor do gado numa fazenda é o preço do gado no mercado relevante menos o custo de transporte e de outros para levar o gado para o mercado (IASB, 2000, §9)

<sup>5</sup> Justo valor é a quantia pela qual um bem (ou serviço) poderia ser trocado, entre um comprador conhecedor e interessado e um vendedor nas mesmas condições, numa transacção ao seu alcance (CNC, 1993, §2).

Concentrações de Actividades Empresariais” e da DC nº 2 “Contabilização pelo Donatário de Activos Transmitidos a Título Gratuito”.

Também a nível comunitário houve a necessidade de acolher o justo valor. Para o efeito, foi emitida a Directiva 2001/65/CE, de 27 de Setembro de 2001 (EC, 2001) que altera a Quarta (CCEE, 1978) e a Sétima (CCEE, 1983) Directivas de forma a introduzir o critério valorimétrico do justo valor. Aquela Directiva surge na consequência da estratégia da UE que, em matéria de informação financeira, preconiza a utilização das normas internacionais de contabilidade, agora designadas como normas de relato financeiro.

É um facto que as NIC’s têm vindo, de forma progressiva e generalizada, a introduzir o critério valorimétrico do justo valor, não o limitando aos instrumentos financeiros. É neste sentido que, em termos comunitários, surge a Directiva 2003/51/EC, de 18 de Junho de 2003 (EC, 2003), que altera novamente a Quarta e a Sétima Directivas, e deverá ser transposta para os Estados membros até 1 de Janeiro de 2005, permitindo que se avaliem certos elementos do activo com base no seu justo valor, ficando assim possibilitada a sua adopção.

Neste sentido, surge a nível nacional a actual proposta do Novo Sistema de Normalização Contabilístico (CNC, 2007) que vem introduzir o justo valor para a agricultura nos moldes da NIC 41.

### **3 – PROBLEMÁTICA LEVANTADA PELA *EXPOSURE DRAFT E65***

A discussão do projecto de norma (E65) foi muito polémica e com opiniões muito controversas por parte dos intervenientes na discussão pública. Julgamos portanto relevante analisar algumas dessas questões, principalmente as que estão directamente relacionadas com a valorização ao justo valor, de forma a compreendermos melhor o resultado final da discussão, ou seja, a NIC 41. Assim, de seguida vamos analisar a opinião dos diferentes intervenientes na discussão pública sobre este projecto de norma.

Antes de nos dedicarmos às questões que foram colocadas a discussão pública, merecem a nossa atenção alguns dos intervenientes (ACCA, 2000; AICPA, 2000; CIMA, 2000; IACJCE, 2000; IMA, 2000; Nestlé, 2000; F Hoffmann-La Roche, 2000) que se opuseram, de uma forma geral, ao projecto de norma. De forma geral, diríamos que, apesar da discordância dos vários intervenientes relativamente ao projecto de norma, as razões que apontam prendem-se com o facto de não concordarem, de uma forma geral, com o reconhecimento e a valorização do justo valor, ou por

prevalecerem riscos até à colheita, ou por os ciclos de produção serem superiores a um ano. Também não concordam com o justo valor por insuficiência de mercados activos.

Analizamos em seguida algumas das questões postas à discussão pública, assim como os principais comentários e sugestões recebidos para cada uma daquelas questões.

### ***3.1 – Definição de Justo Valor***

A E65 preconizava que se existir mercado activo para activos biológicos à data da prestação de contas no local onde o activo está para ser vendido ou usado, o preço de mercado era a mensuração mais fiável para o justo valor desse activo. O IASB colocou então a seguinte alternativa para discussão pública (IASC, 1999):

- (a) o preço num mercado activo inserido numa dada localização de venda ou uso é sempre a melhor mensuração do justo valor,
- (b) por vezes o preço em alguns mercados deveria ser ajustado para determinar o justo valor.

Da análise das respostas dos intervenientes a estas questões, verificamos que a maior parte concordou que o preço num mercado activo inserido numa dada localização de venda ou uso seria sempre a melhor mensuração do justo valor (alínea a). No entanto, alguns dos intervenientes são a favor desta opção com algumas ressalvas, como é o caso, entre outros, IAFEI (2000), EC (2000), ICANZ (2000), FACPCE (2000), ICAA (2000), MIA (2000), e Ernest & Young (2000). De facto, estes intervenientes apontam-nos algumas excepções, ou seja, consideram que a avaliação de activos relacionados com florestas seria mais complexa devido à longevidade do activo, que pode requerer um maior número de abordagens de avaliação. O funcionamento dos preços num período curto pode causar um impacto no ano corrente, contudo, pode não ser relevante para certas culturas em anos distantes da colheita. A aplicação dos preços num mercado activo tem avaliações de proporções substanciais na introdução de risco desnecessário na volatilidade das DF's que não reflectem o desempenho no ano corrente ou o potencial desempenho em anos futuros. Nestas circunstâncias, consideravam que deveria ser usada alguma relevância na curva de avaliação de longos períodos, que reflectisse as tendências reais dos preços e anulasse as flutuações dos preços em períodos curtos. Também consideraram que alguns activos biológicos deveriam ser avaliados por um especialista independente numa base anual. Entenderam que a NIC 34 “Relato financeiro intercalar” deveria ser alterada para permitir que as demonstrações financeiras intercalares contivessem estimativas de um único activo biológico, que tenha sido avaliado por um especialista independente numa base anual, usando estimativas de longo prazo divulgadas nas notas do ABDR.

Seria pertinente que o valor de mercado à data do balanço fosse estável e não reflectisse situações excepcionais relacionadas com condições climáticas ou económicas. Assim, aqueles organismos punham algumas reservas sobre a necessidade de julgamento e as dificuldades que poderiam surgir em algumas jurisdições caracterizadas por imaturidade/crescimento dos mercados ou ausência de mercados.

Já os seguintes intervenientes: IAA (2000), Grupo G100 (2000), OROC (2000), CNDC e CNR (2000), SAICA (2000), ICPAK (2000), ACAG (2000), RJ (2000), Illovo Sugar (2000) e Abe (2000) consideraram que, por vezes, o preço em alguns mercados deveria ser ajustado para determinar o justo valor (alínea b) por levarem em conta diversas situações em que os custos de pré-venda são muito relevantes e, por conseguinte, acreditarem que seria mais adequado deduzir estes custos ao justo valor e utilizar preços de venda líquidos em vez do justo valor, conforme descrito na NIC 36 “Imparidade de activos”. Alguns destes intervenientes admitiam que os preços poderiam ser inflacionados por desastres naturais, sendo incorrecto avaliar os produtos a preços altos se for improvável que assim permaneçam até à colheita. Em consequência, consideravam inapropriado divulgar o aumento do justo valor num ano e diminuí-lo no ano seguinte, porquanto os resultados flutuam devido a circunstâncias anormais e não são resultado das alterações da política de gestão. Logo, sugeriam um período de cinco anos para eliminar estas distorções. Ponderaram a existência de alguns factores que devem ser tidos em conta no preço final, concretamente, a volatilidade do valor de mercado (o preço final não é determinado até ao fim da estação) e as condições climáticas (desastres naturais com significativo efeito no preço final). Assim, defendiam a criação de provisões razoáveis, sendo o local do preço irrelevante. O justo valor deveria ser divulgado a preços correntes ajustado por algum normativo obrigatório. Para alguns destes intervenientes, quando existissem mercados activos, incluindo mercados para contratos *forward* e derivados similares, o preço de mercado seria um bom indicador para determinar o justo valor. Quando existisse algum risco material no preço de mercado, em que tal mercado activo possa ou não ser realizável, consideravam apropriado introduzir um ajustamento que reflecta aquele risco.

Quanto à questão em análise, consideramos que o justo valor pode ser determinado com base no preço do mercado activo inserido numa dada localização de venda ou uso (alínea a)). Quando não existir mercado activo, a determinação do justo valor deve atender a várias considerações, tais como as que se resumem:

- o mais recente preço de mercado para a classe desse activo; o preço de mercado para activos similares ou relacionados;
- o sector de referência aplicado ao tipo de activo biológico em transacção;

- o valor líquido presente dos *cash flows* de activos biológicos, deduzido de uma taxa comensurável com os riscos associados a essa classe de activos;
- o valor realizável líquido, particularmente em sistemas agrícolas com pequenos ciclos de produção;
- o custo pode, por vezes, aproximar-se do justo valor, particularmente para activos biológicos com pequena transformação biológica, desde os custos iniciais incorridos e sempre que o impacto da transformação biológica no preço não seja material.

Depois de toda esta discussão a NIC 41 veio estipular que o justo valor de um activo é baseado na sua localização e condição presentes (IASB, 2000, §9).

### ***3.2 – Processamento Depois da Colheita***

O projecto de norma prescreveu o tratamento contabilístico dos activos biológicos durante o período de crescimento, procriação e degeneração, assim como a mensuração inicial da produção agrícola no ponto da colheita, não abrangendo o tratamento contabilístico depois da colheita (IASB, 1999). O alcance da E65 não é consensual, tendo suscitado algumas questões para discussão pública, concretamente e em alternativa:

- (a) Concorda que a norma final não deve incluir o processamento? Se sim, acredita que a distinção prevista entre actividade agrícola<sup>6</sup> e pós-processamento<sup>7</sup> é adequada?
- (b) Concorda que a norma final deve incluir o processamento? Se sim, qual o método contabilístico que propõe?

De uma forma geral, a maior parte dos intervenientes concordou que a norma final não deveria incluir o processamento (alínea a), nomeadamente AARF e PSASB (1999), ICMAP (1999), CFBMC (2000), entre outros, com a distinção prevista no projecto de norma entre actividade agrícola e pós-processamento, não tendo justificado a sua posição. Abordaremos as vozes discordantes com o previsto na E65, na totalidade ou em parte, por serem os impulsionadores das alterações ao projecto de norma que se reflectiu na NIC 41.

Alguns intervenientes, apesar de concordarem que a norma final não deve incluir o processamento (alínea a), fazem algumas ressalvas em determinados campos de actuação, como é o caso por exemplo da IFAC e PSC (2000), Grupo G100 (2000), CNDC e CNR (2000), SAICA (2000),

---

<sup>6</sup> Actividade agrícola – é a gestão por uma empresa da transformação biológica de activos biológicos para venda, em produto agrícola, ou em activos biológicos adicionais (IASB, 1999).

<sup>7</sup> O pós-processamento diz respeito ao processamento do produto agrícola após a colheita.

ICAEW (2000), ICPAK (2000), CICA (2000), MASB (2000), PriceWaterhouseCoopers (2000) e Southcorp (2000), propondo que se trate separadamente os activos biológicos que são valorizados ao longo do tempo. Também questionaram o facto de haver casos em que uma entidade está envolvida em ambas as actividades, por exemplo no cultivo de uvas e no fabrico do vinho. Nestas situações, uma empresa tem que utilizar o justo valor no processo inicial e o custo de aquisição no segundo caso, tendo inclusivamente que separar as actividades. Assim, propunham uma alteração ao § 3 da NIC 2<sup>8</sup>, por entrar em contradição com o estipulado nesta E65, questionando a adequabilidade da aplicação da NIC 2 a certos tipos de produtos agrícolas e a certos *outputs*, como o vinho, que pode ser mantido algum tempo antes da sua venda, defendendo que a NIC 2 deverá acompanhar a evolução do justo valor. Contudo acreditavam que nem sempre é verdade que a norma assume o processamento depois da colheita, visto que os produtos agrícolas, ou se tornam numa mercadoria, ou entram num processo industrial. Neste sentido, entendiam que era necessário que o IASB clarificasse o que considera como fim da colheita, ou seja, em que ponto cessa a colheita e começa o processamento.

Além dos intervenientes referidos que, embora com algumas ressalvas, são favoráveis a que a norma final não deve incluir o processamento (alínea a), existem outros que são a favor da alínea b), concordando que a norma final deva incluir o processamento como é o caso da IAA (2000), EC (2000), AIMR of FAPC (2000), NBAA (2000), Ernst & Yong (2000), Illovo Sugar (2000) e Abe (2000). Em termos gerais, estes intervenientes referiram que se o justo valor é considerado um método apropriado de mensuração, então este critério deveria ser usado indiscriminadamente. Disseram não entender que se utilize uma estrutura conceptual no tratamento contabilístico para activos em crescimento num processo biológico diferente da utilizada no *stock* agrícola mantido para comercialização. Defendiam, por isso, uma consistência na mensuração do princípio ao fim do tratamento contabilístico aplicado ao processo agrícola. Referiam, ainda que o projecto de norma apresentava um exemplo inconsistente uma vez que, se o justo valor era considerado um método de mensuração apropriado, então deveria-se aplicar o justo valor “em tudo”, o que não é coerente, atendendo a que a transformação biológica traz alterações ao justo valor e o processamento depois da colheita não. Consideraram, assim que não tem lógica a contabilização ao justo valor num período de relativa incerteza, volatilidade e mensuração duvidosa, devendo, nestes casos valorizar-se ao custo histórico. Referiam que, por exemplo, no caso da produção de uva, o processo por via de

---

<sup>8</sup> Os inventários (de produtos de gado, de produtos florestais e agrícolas e de minerais) são medidos pelo valor realizável líquido em certos estágios de produção. Isto ocorre, por exemplo, quando as colheitas agrícolas tenham sido colhidas ou os minerais tenham sido extraídos e a venda esteja assegurada sob um contrato de “*forward*” ou de uma garantia governamental, ou quando exista um mercado homogéneo e haja um risco negligenciável de fracasso de venda. Estes inventários são excluídos do âmbito desta norma (IASB, 2004b).



extensão natural da actividade agrícola pode culminar no vinho, não estando este incluído na definição de actividade agrícola prevista no projecto de norma. Contudo a videira, como parte integrante da vinha, é incluída como activo biológico, discordando assim de que a norma não vá para além do processo de colheita. Justificaram esta posição salientando que grande parte das empresas agrícolas estão verticalmente ligadas, agregando as diferentes fases de produção antes e depois da colheita.

Os intervenientes a favor da alínea b), discordaram, de uma forma geral, com o facto do pós-processamento de activos biológicos não estar definido no projecto de norma, não ficando clara a base de valorização dos activos biológicos negociados logo após a colheita. Defendiam que, se o custo histórico é usado depois, então também o deve ser antes e, se o justo valor é usado antes da colheita, então também o deve ser depois, pondo assim em discussão a própria NIC 2. Para estes intervenientes, seria mais lógico e fiável mensurar os activos resultantes do processamento ao justo valor do que os resultantes da transformação biológica.

Em nossa opinião, a norma final não deve incluir o processamento (alínea a)), concordando com a distinção feita entre actividade agrícola e pós-processamento. A norma prescreve o tratamento contabilístico para activos biológicos durante o período de crescimento, procriação e degeneração e, para a mensuração inicial de produtos agrícolas no ponto de colheita, fornece informação numa base de valorização consistente – justo valor – até ao ponto de transferência entre estes dois tipos de classes de activos. Para o processamento da produção agrícola depois da colheita remete-se o tratamento contabilístico para a NIC 2, a qual, apesar de defender o custo histórico, reconhece que alguns inventários, incluindo certos produtos agrícolas, sejam valorizados ao valor realizável líquido.

Relativamente a esta questão a NIC 41 não trata do processamento do produto agrícola após colheita. Se bem que tal processamento possa ser uma extensão lógica e natural da actividade agrícola e os acontecimentos que tenham tido lugar possam ter alguma similitude com a transformação biológica, tal processamento não é incluído na definição de actividade agrícola nesta norma (IASB, 2000, §3).

### ***3.3 – Valorização dos Activos Biológicos ao Justo Valor***

O projecto de norma (E65) previa que os activos biológicos fossem valorizados à data do balanço ao justo valor, requerendo também que os produtos agrícolas fossem mensurados ao justo valor no ponto da colheita.

O IASB considerou que as variações provenientes das alterações de valor são mais relevantes para a obtenção de informações acerca do desempenho de uma empresa agrícola do que o tradicional custo histórico. As actividades agrícolas de criação de gado e de plantação de madeira levam vários anos até à colheita, sendo que, usando o custo histórico, o desempenho da empresa só seria reconhecido no momento da transacção.

Para o IASB, este novo critério de valorização requeria a criação de indicadores de desempenho nos momentos de crescimento, procriação, degeneração e colheita. Isto verifica-se nas actividades agrícolas em que o período que vai desde o processo inicial até à colheita é inferior a um ano. Assim, considerou que seria fiável a valorização ao justo valor para activos biológicos e produtos agrícolas no ponto da colheita (IASB, 1999).

Neste contexto, o IASB colocou as seguintes questões, em alternativa, para discussão:

- (a) Todos os activos biológicos deveriam ser valorizados à data do balanço ao justo valor e os produtos agrícolas deveriam ser valorizados ao justo valor no ponto da colheita?
- (b) Os activos biológicos deveriam ser valorizados ao custo até à colheita e os produtos agrícolas deveriam ser valorizados ao justo valor no ponto da colheita?
- (c) Todos os activos biológicos e produtos agrícolas deveriam ser valorizados ao custo?

No caso de os intervenientes preferirem (b) ou (c), o IASB solicitou a explicação da forma como determinariam o custo.

A maior parte dos intervenientes foram a favor de que todos os activos biológicos fossem valorizados à data do balanço ao justo valor e os produtos agrícolas fossem valorizados ao justo valor no ponto da colheita (alínea a), onde destacamos de entre outros o ICAZ (2000), a OROC (2000), a JICPA (2000) e a Deloitte Touche Tohmatsu (2000) concordando com a valorização ao justo valor à data de balanço para activos biológicos. Relativamente aos produtos agrícolas, defendiam uma valorização ao justo valor no ponto da colheita.

A mesma opinião é partilhada por outros intervenientes, como a IAFEI (2000), o MASB (2000) e a PriceWaterhouseCoopers (2000) que apesar de serem a favor desta opinião, fizeram algumas ressalvas, referindo que o método de valorização é inconsistente porque a estimativa do justo valor não é fiável se não existir mercado activo. Por isso, acreditavam que o IASB deveria apresentar mais alternativas de forma a evitar o uso inapropriado da metodologia de valorização como, por exemplo, o uso de diferentes hipóteses. Estes intervenientes também aceitavam que os activos biológicos fossem valorizados ao custo até à colheita e os produtos agrícolas fossem valorizados ao justo valor no ponto da colheita (alínea b) porque se a determinação do justo valor para activos

biológicos só pode ser efectuada para os activos biológicos que têm mercado activo assegurado, então os activos biológicos que não têm mercado activo assegurado vêem dificultada a determinação do seu justo valor. Consideravam que, para determinar o custo dos activos biológicos, se deveria imputar todos os custos incorridos com esse activo.

Da opinião de que os activos biológicos deveriam ser valorizados ao custo até à colheita e os produtos agrícolas deveriam ser valorizados ao justo valor no ponto da colheita (alínea b) destacam-se por exemplo a FSIHC (2000), a EACP (2000) e a Nestlé (2000), justificando a sua discordância com a valorização à data do balanço ao justo valor para todos os activos biológicos e a valorização ao justo valor no ponto da colheita para os produtos agrícolas (alínea a) com o facto de não fazer sentido valorizar todos os activos biológicos ao justo valor antes da colheita, uma vez que antes desta não existem medidas de referência para alguns produtos agrícolas. Também justificam a sua posição com o facto de existirem problemas oriundos dos efeitos cíclicos, considerando que uma avaliação realista dos activos biológicos em crescimento se reflecte nas expectativas do valor de mercado numa colheita futura, até porque os activos biológicos são confrontados com uma considerável quantidade de riscos, tais como doenças ou desastres naturais. Neste sentido, consideravam que o valor dos activos biológicos deveria ser determinado pelo custo total, devendo este incluir os custos do seu desenvolvimento até que atinjam a fase de maturação.

Abe (2000) optou indiscriminadamente pela alínea b) ou c) para as culturas de períodos curtos, uma vez que o custo acumulado de plantas em desenvolvimento se reflecte num único período contabilístico. Referiu que, normalmente, não existe valor de mercado activo para este tipo de produtos, sendo estes valorizados unicamente pelo custo directo.

Dos defensores da valorização ao custo para todos os activos biológicos e produtos agrícolas (alínea c)) destacamos entre outros, os seguintes intervenientes: o ICMAP (1999), a FAR (2000), a FIA (2000), o IDW (2000), o ICPAK (2000), a EPK (2000), a Sulzer (2000), a Nutreco (2000) e a Ernst & Young (2000), por considerarem, em geral, que os produtos agrícolas poderiam ser avaliados ao custo ou ao preço de mercado. Analisando a particular natureza dos produtos agrícolas, estes podem estar valorizados ao justo valor na colheita. Contudo, para alguns produtos agrícolas, os que levam vários anos até à maturidade é difícil definir o justo valor na data do balanço antes da referida maturidade. Assim, consideravam necessária a valorização ao custo para este tipo de produtos. Defendiam que a valorização de activos deveria ser determinada numa base fiável. Certos activos podem ser valorizados correctamente ao justo valor porque têm mercado activo, ainda que isto não seja possível para outros activos biológicos por serem considerados como uma extensão do terreno, o qual é cultivado e, como tal, é avaliado ao custo. Também alguns activos biológicos que ainda não

tenham alcançado a maturidade deveriam ser relevados ao custo, sendo esta valorização mais fiável do que o justo valor, visto não existir mercado activo para activos imaturos. Assim, apontaram o critério do custo histórico como o melhor método de valorização de activos biológicos, argumentando que a mensuração da transformação biológica é impossível por falta de fiabilidade, tornando as informações constantes das DF's enganadoras. Consideravam que todos os activos biológicos e produtos agrícolas, com excepção de animais vivos, deveriam ser valorizados ao custo, sendo este o critério valorimétrico mais conhecido, compreensível e objectivo. No caso do sector vitivinícola, torna-se difícil valorizar as videiras durante os primeiros cinco anos do seu crescimento, considerando os defensores desta alínea que seria mais fácil a sua valorização ao custo por ser um critério mais consistente e objectivo. Também defendem a valorização ao custo para as uvas devido à inexistência de mercado activo.

Na nossa opinião o justo valor é uma boa forma de valorizar todos os activos biológicos (alínea a)), contudo temos consciência da dificuldade dessa valorização, devido à inexistência de mercados activos. No modelo de valorização assente no custo histórico, as alterações físicas ou de aumento das quantidades não têm reflexo apropriado nos resultados quando ocorrem. Consideramos que, para análise do desempenho de uma empresa, o justo valor fornece informação relevante para a tomada de decisões. Pensamos, contudo, que os ganhos não realizados devem ser reflectidos no balanço, ou seja, no valor contabilístico do activo por contrapartida de capital, e só transferidos para resultados quando realizados. Acreditamos que a valorização ao justo valor de activos agrícolas é uma extensão natural das práticas correntes, logo um método valorimétrico apropriado para ser utilizado.

A NIC 41 veio estabelecer, relativamente à valorização dos activos biológicos que os mesmos sejam mensurados no reconhecimento inicial e em cada data de balanço pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda, excepto no caso do justo valor não poder ser fiavelmente mensurado (IASC, 2000, § 12).

Relativamente aos produtos agrícolas colhidos dos activos biológicos de uma empresa, a NIC 41 veio estabelecer que *“sejam mensurados pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda no momento da colheita. Tal mensuração é o custo nessa data aquando da aplicação da NIC 2, Inventários ou uma outra NIC aplicável”* (IASC, 2000, §13).

A norma estabeleceu ainda que, para o caso de activos biológicos fisicamente implantados nos terrenos, *“pode não haver mercado separado para activos biológicos que estejam implantados no terreno, mas pode existir um mercado activo para os activos combinados, isto é, para os activos*

*biológicos, terreno em bruto e melhoramentos de terrenos, como um conjunto. Nestes casos, as empresas podem usar informação relativa a activos combinados para determinar o justo valor de activos biológicos”* (IASB, 2000, §25). Por exemplo, o justo valor do terreno em bruto e melhoramento do terreno pode ser deduzido do justo valor dos activos combinados para chegarmos ao justo valor do activo biológico.

### **3.4 – Credibilidade da Valorização ao Justo Valor**

O projecto da norma (E65) propunha que o justo valor de activos biológicos e produtos agrícolas no ponto da colheita pudesse ser determinado. O IASB considerou que o mercado existia para activos biológicos individuais ou em grupos, muitos dos quais são vendidos a “particulares” em mercados locais, constituído por produtos similares, embora não para idênticos activos biológicos. Considerou que o preço nestes mercados serve de base para determinar o justo valor de muitos activos biológicos e produtos agrícolas no ponto da colheita. Além disso, em adição ao preço de mercado, aceita outras metodologias para estimar o justo valor de activos biológicos e produtos agrícolas (IASB, 1999).

O IASB, na sua estrutura conceptual, prevê que em muitos casos o custo ou o valor tenham que ser estimados; o uso de estimativas razoáveis é parte essencial da preparação de demonstrações financeiras, não subestimando a confiança das mesmas. Finalmente, considera que a valorização ao custo histórico de activos biológicos e produtos agrícolas é mais duvidosa e irrelevante do que a valorização ao justo valor.

Relativamente à credibilidade de valorização ao justo valor, o IASB colocou as seguintes questões, em alternativa, para discussão pública (IASB, 1999):

- (a) A estimativa fiável de justo valor deve ser determinada para (i) activos biológicos, (ii) produtos agrícolas no ponto da colheita.
- (b) A estimativa fiável de justo valor deve ser usualmente determinada, mesmo que por vezes não seja determinada com tão alto grau de precisão como o custo; no balanço a estimativa do justo valor deve ser requerida.
- (c) O justo valor por vezes não é determinado com fiabilidade, devendo ser usado o custo. O IASB solicitou aos intervenientes da discussão pública, que caso sejam a favor desta alínea que identificassem as circunstâncias nas quais o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade explicando em que casos (i) o custo pode ser determinado com fiabilidade e (ii) o

custo de activos biológicos e produtos agrícolas é considerado relevante para ser usado nas demonstrações financeiras das empresas envolvidas na actividade agrícola.

Alguns intervenientes consideraram que a estimativa fiável de justo valor deveria ser determinada para activos biológicos e produtos agrícolas no ponto da colheita (alínea a) com algumas ressalvas, como é o caso de: EC (2000), FSIHC (2000), Illovo Sugar (2000) e RJ (2000).

Estes intervenientes, na sua generalidade, defenderam esta posição (alínea a) e simultaneamente teceram comentários para o caso do justo valor não ser determinado com fiabilidade, devendo nessas situações ser usado o custo (alínea c). Assim, a EC (2000), relativamente à estimativa fiável de justo valor considerava que deveria ser determinada para activos biológicos e produtos agrícolas no ponto da colheita, alterando assim a proposta de norma com a suposição subjacente de que existia mercado activo para todos os activos biológicos em todos os estágios de crescimento, sendo, portanto, essa transformação biológica valorizada com fiabilidade, o que seria suficiente para o seu reconhecimento contabilístico. Mas, muito mais provavelmente fiável do que esta valorização ao justo valor, poderia ser a que é determinada no ponto da colheita e, portanto, contrariamente ao que é dito, é neste ponto que a valorização ao justo valor cessa. No caso do justo valor não ser determinado com fiabilidade, devendo ser usado o custo, considerou contraditório reconhecer a utilização do custo em certas circunstâncias porque isso iria parecer infrutífero, requerendo um debate nesse ponto por o considerar de suprema pertinência na proposta de norma.

A FSIHC (2000) era contra a valorização ao justo valor para activos biológicos e a favor da aplicação do justo valor para produtos agrícolas no ponto de colheita. Considerou que o custo no caso de activos biológicos era mais fácil de determinar e representava todos os *inputs*. Já a Illovo Sugar (2000), tendo em atenção o seu próprio exemplo, estimou que nas indústrias de açúcar, antes da colheita da cana, se conseguiria uma estimativa razoável do preço corrente da sacarina, níveis de sacarina e custos de colheita e transporte. Considerou assim que a cana imatura se iria igualar aos custos correntes de manutenção. Para a RJ (2000) a estimativa fiável de justo valor era mais coerente para activos biológicos consumíveis e produtos agrícolas porque o justo valor poderia ser visto como uma expectativa proveniente da venda e o mercado poderia ter expectativa da existência de um suporte de valorização de confiança ao justo valor. Também considerou que o justo valor por vezes não é determinado com fiabilidade, devendo ser usado o custo para os activos biológicos de produção porque pode não existir mercado para estes activos ou activos similares e assim a estimativa do justo valor não era considerada fiável. Nestas circunstâncias, nas situações em que o justo valor para activos de produção não possa ser determinado correctamente, o custo deveria ser

usado de forma similar ao custo usado para outros activos não biológicos empregues na produção ou geração de activos biológicos consumíveis.

A favor de que a estimativa fiável de justo valor seja determinada para activos biológicos e produtos agrícolas no ponto da colheita (alínea a) estavam ainda a FAR (2000) e a MASB (2000) que consideraram que a estimativa fiável de justo valor possa ser determinada para produtos agrícolas no ponto da colheita, mas não para activos biológicos. Julgavam que a confiança e os problemas de valorização do justo valor determinavam a praticabilidade e a aceitabilidade deste método valorimétrico. Referiram-se à existência de várias preocupações provenientes da fiabilidade e à implementação da mensuração proposta pelo projecto de norma. Viram dificuldades na previsão da conjuntura de mercado e do estado dos activos para longos períodos, por vezes superiores a 20 anos. Acreditavam que na generalidade isto pode ser possível, existindo mercados activos para produtos agrícolas, não o sendo contudo para o caso dos activos biológicos. Estavam preocupados com a proposta de a norma retirar o acesso genérico para o tratamento dos itens agrícolas, no entanto consideraram que a natureza destes itens requer exigências diferenciadas. Eram da opinião de que o IASB adoptou a classificação apropriada, onde os itens estão subdivididos e tratados adequadamente. Finalmente, pensavam que a proposta adoptada neste projecto de norma poderia ser vista como simplista devido às características próprias dos activos e produtos agrícolas.

Da opinião de que a estimativa fiável de justo valor deve ser usualmente determinada, mesmo que por vezes não seja determinada com tão alto grau de precisão como o custo; no balanço a estimativa do justo valor deve ser requerida (alínea b), há vários intervenientes, de entre os quais destacamos o IAA (2000), IMCP (2000), ICMAP (1999), ACAG (2000), Deloitte Touche Tohmatsu (2000) e Arthur Andersen (2000). Da mesma opinião partilham, entre outros, o IIMC (2000) e a OROC (2000), contudo não a justificam. O primeiro grupo de intervenientes justifica a sua opinião considerando que a clarificação em determinar o justo valor para activos biológicos e produtos agrícolas no ponto da colheita não é suficiente. Em particular, direccionar a valorização com fiabilidade ao justo valor relativamente a períodos longos de activos biológicos é necessário quando não existe mercado activo. Consideraram que o justo valor pode ser geralmente determinado para todos os activos em qualquer período de tempo, porque pressupõe que a estimativa do justo valor subjacente nos métodos estatísticos pode não ser 100% precisa. Eram da opinião de que o modelo do custo histórico tem integrada uma certa margem de incerteza, tal como a vida útil estimada, o valor recuperável e os pressupostos actuariais usados no tratamento contabilístico dos fundos de reforma. Não acreditam que o uso do justo valor resulte numa informação financeira menos exacta.

A favor de que quando o justo valor não for determinado com fiabilidade deve ser usado o custo (alínea c) temos, entre outros, os seguintes intervenientes: ICPAK (2000), SAICA (2000), ICAEW (2000), CICA (2000), Ernst & Young (2000) e Abe (2000). De acordo com os mesmos, a estimativa do justo valor pode ser determinada para produtos agrícolas no ponto da colheita, mas é menos provável que se obtenha para activos biológicos durante o período de transformação. Nestas circunstâncias o custo talvez seja mais seguro do que o justo valor. Também viam dificuldades de determinação do justo valor para culturas em crescimento antes da colheita e problemas de valorização do gado obtido com o objectivo de reprodução. Acreditavam que o custo constituía a melhor mensuração de valor por considerarem que pode ser mensurado correctamente quando ocorrer. Também consideravam que, regra geral, não existe mercado activo para activos imaturos, tendo que se usar informações estatísticas que sirvam de base para estimativas do justo valor. No caso dos produtos agrícolas, os preços muitas vezes só se podem determinar no fim do processo, sendo assim o justo valor desconhecido no momento da colheita. Consideravam como orientação apropriada a selecção do mais baixo custo ou preço de mercado, sendo esta uma mensuração mais fiável do que o justo valor. Alguns destes intervenientes consideravam que, por vezes, o justo valor não podia ser determinado correctamente, podendo ser usado o custo, uma vez que não é provável que aquele seja obtido com precisão, pois não existe mercado activo para activos biológicos e alguns produtos agrícolas, assim como também o preço dos produtos agrícolas tem constantes variações dependendo, por exemplo, da época do ano, ou do tempo. Nestes casos achavam que o custo poderia ser usado e determinado através do somatório dos custos incorridos, desde a preparação da terra, a plantação e outras operações agrícolas até à colheita. Não concordam com que o custo possa ser usado nas empresas industriais e não na agricultura. Se o custo para activos biológicos e produtos agrícolas não tem relevância para as demonstrações financeiras, então põem a mesma questão para a mensuração dos activos de outros tipos de empresas.

Outros organismos e empresas também são a favor de que, quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, seja usado o custo (alínea c), como é o caso do Grupo G100 (2000), EACP (2000), CT (2000) e Southcorp (2000), mas que fazem referências a alguns tipos específicos de agriculturas.

Consideramos que a estimativa fiável de justo valor deve ser usualmente determinada, mesmo que por vezes não seja determinada com tão alto grau de precisão como o custo; no balanço a estimativa do justo valor deve ser requerida (alínea b); talvez seja a opção mais prudente mesmo tendo em atenção que nem sempre o justo valor possa ser determinado correctamente. Nestas circunstâncias seria sempre utilizado o mesmo critério valorimétrico, mesmo que o justo valor de um activo



biológico possa por vezes não ser mensurado com fiabilidade, existindo desta forma uma certa comparabilidade entre as contas de uma empresa em diferentes anos ou de uma empresa relativamente ao sector por estarem a seguir os mesmos critérios de valorimetria.

Relativamente a este assunto a NIC 41 (IASB, 2000, § 30) veio estabelecer que *“há uma presunção de que o justo valor de um activo biológico pode ser fiavelmente mensurado. Contudo, essa presunção somente pode ser refutada no reconhecimento inicial de um activo biológico para o qual preços determinados-em-mercados, ou valores, não estejam disponíveis e para os quais se determine que estimativas alternativas de justo valor claramente não são fiáveis. Em tal caso, esse activo biológico deve ser mensurado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de imparidade. Logo que o justo valor de tal activo se torne fiavelmente mensurável, uma empresa deve mensurá-lo pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda”*.

### **3.5 – Reconhecimento no Resultado Líquido das Alterações do Justo Valor**

A E65 sugere que os activos biológicos sejam valorizados ao justo valor e as alterações no justo valor dos activos biológicos sejam incluídos no resultado líquido. Considera que este julgamento das alterações do justo valor é o mais relevante indicador do desempenho de uma empresa envolvida em actividades agrícolas. Se os activos biológicos são valorizados ao justo valor, o IASB colocou para discussão pública as seguintes alternativas de divulgação das alterações no justo valor (IASB, 1999):

- (a) divulgadas no resultado líquido do período;
- (b) divulgadas na totalidade no capital, até o activo ser vendido ou consumido, data na qual são reconhecidas no resultado líquido desse período;
- (c) divulgadas, na totalidade no capital até à colheita, data na qual são reconhecidas com equidade no resultado líquido do período;
- (d) divulgadas no resultado líquido até ao limite das alterações de componentes físicas; as alterações de preço dos componentes são reportadas directamente ao capital até o activo ser vendido ou consumido (ou possivelmente até à colheita);
- (e) divulgadas na totalidade no capital, não sendo posteriormente reconhecidas no resultado líquido em nenhum período.

As alternativas (b), (c) e (d) irão divulgar algumas ou todas as alterações do justo valor de activos biológicos com imparcialidade, com reciclagem nos resultados líquidos pela realização de eventos,

tais como colheita, venda ou consumo. O IASB solicitou aos intervenientes que apoiassem uma destas alternativas que indicassem claramente se o fazem ou porque não acreditam que o justo valor possa ser valorizado com fiabilidade antes da realização, ou porque não acreditam que as alterações no justo valor de activos biológicos antes da realização sejam o indicador mais apropriado de desempenho numa empresa envolvida na actividade agrícola.

Verificamos que a maior parte dos intervenientes é a favor da divulgação das alterações do justo valor no resultado líquido do período (alínea a). Destacamos, de entre os apoiantes desta corrente, por exemplo Portugal através da OROC (2000). Contudo fez uma restrição para as alterações da mensuração do justo valor no caso de proveitos não realizados que devem ser diferidos. Quer isto dizer que as alterações de valor não devem servir de medição do desempenho, a menos que os activos tenham sido vendidos.

Do grupo de intervenientes a favor da divulgação das alterações do justo valor, na totalidade no capital, até o activo ser vendido ou consumido, data na qual são reconhecidas no resultado líquido desse período (alínea b) destacamos, entre outros: IAFEI (2000), grupo G100 (2000), EACP (2000), EPK (2000), ICPAK (2000), Ernst & Young (2000), Sulzer (2000), Ascom (2000), Amen (2000) e Abe (2000). Justificaram esta posição porque, por um lado, acreditavam que o justo valor não podia ser mensurado com confiança antes da realização e, por outro não acreditavam que as alterações de justo valor de activos biológicos antes da realização fossem o melhor indicador de desempenho numa empresa envolvida em actividades agrícolas. Consideravam, assim, que se os activos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita fossem mensurados ao justo valor, as alterações de valor deveriam ser relatadas do mesmo modo que outros activos mensurados ao justo valor, ou reavaliados à data do balanço. Divulgar as alterações do justo valor no resultado líquido indica um *cash flow* enganador, pois leva os sócios/accionistas a pensar que têm mais dividendos, o que não é verdade, já que o valor inclui o valor das alterações do justo valor que ainda não está realizado. Eram contra o reconhecimento de incrementos não realizados relativamente à utilização do justo valor na demonstração dos resultados porque se se reconhecerem ganhos não realizados por vários anos a demonstração dos resultados cria nos sócios/accionistas a expectativa da existência de dividendos para distribuição. Defendiam que os ganhos não realizados deveriam ser incluídos no balanço e só reconhecidos na demonstração dos resultados quando da sua realização ou quando o activo apresentasse uma perda de valor.

Dos intervenientes a favor da divulgação das alterações de justo valor, na totalidade, no capital, até à colheita, data na qual são reconhecidas com equidade no resultado líquido do período (alínea c), destacamos entre outros a JICPA (2000), IIMC (2000), NBAA (2000), RJ (2000) e, Deloitte

Touche Tohmatsu (2000). Estes intervenientes consideravam que as alterações ao justo valor só deveriam ser reconhecidas pela empresa no resultado líquido se o justo valor fosse determinado correctamente à medida que os activos biológicos fossem colhidos. Não consideravam correcto reconhecer alterações do justo valor na demonstração dos resultados antes da colheita devido ao potencial circundante de incerteza da realização de rendimento. Se, depois da colheita, a mensuração do justo valor não pudesse ser determinada com confiança, acreditavam que, em muitos casos a estimativa razoável do justo valor podia ser determinada e as variações podiam ser reconhecidas com equidade. Achavam esta ideia consistente com outros pontos de vista adoptados pelo IASB, tais como a NIC 38 “Activos Intangíveis”, a NIC 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e a E64 “Propriedades de Investimento”. A maior parte destas entidades não via nenhuma inconsistência nesta posição, sendo o custo aplicado até à colheita e depois reciclado com equidade e divulgado no resultado líquido do período na data da colheita. Aceitavam que o valor do activo biológico aparecesse no balanço valorizado ao justo valor, mas não concordavam que as alterações de valor desses activos fossem reconhecidas no resultado líquido. Eram de opinião de que se o mercado activo não existisse para activos biológicos, então mais estimativas iriam ser consideradas para a determinação do justo valor. Além disso, os produtos agrícolas estavam sujeitos a desastres naturais e a mudanças no justo valor dos activos biológicos, tendo uma probabilidade relativamente baixa de produzir os *cash flows* esperados, comparados com outros activos, não sendo assim apropriada a divulgação no resultado líquido das variações resultantes da aplicação do critério valorimétrico do justo valor. Acreditavam que as variações no valor dos activos biológicos antes de realizadas não fossem um indicador de desempenho duma empresa envolvida em actividades agrícolas.

A favor da divulgação no resultado líquido até ao limite das alterações de componentes físicas e da divulgação das alterações de preço dos componentes directamente no capital até o activo ser vendido ou consumido ou possivelmente até à colheita (alínea d) temos a resposta conjunta dos seguintes organismos: OEC, CNCC e CNC (2000) e Roberts (2000). Segundo a resposta conjunta dos organismos OEC, CNCC e CNC (2000) se os activos biológicos fossem mensurados ao justo valor, então as alterações no justo valor deveriam ser divulgadas no resultado líquido proporcionalmente às alterações das componentes físicas. As alterações no preço das componentes deveriam ser divulgadas directamente com equidade até que o activo fosse vendido ou consumido (ou possivelmente até à colheita). Consideravam que o justo valor era a melhor forma de reconhecer a transformação biológica, mas acreditavam que as alterações no preço não deveriam ser reconhecidas no resultado líquido antes da venda. A divisão das alterações do justo valor em

alterações das componentes físicas e alterações no preço das componentes devia ser divulgada, por componente, de forma diferente. Roberts (2000) justificava a sua posição devido ao facto de as alterações físicas estarem directamente relacionadas com a capacidade produtiva. A inclusão das alterações dos preços nos resultados líquidos podia ser ilusória e enganosa. A inclusão do incremento do preço dos componentes nos proveitos era prematura e inconsistente com a contabilização geralmente aceite de inventários.

Nenhum interveniente defendeu a divulgação das alterações do justo valor, na totalidade, no capital, não sendo posteriormente reconhecidas no resultado líquido em nenhum período (alínea e). Por outro lado, verifica-se a existência de intervenientes que não são a favor de nenhuma destas alíneas, como é o caso da CFBMC (2000) e da Southcorp (2000), que consideravam que as alterações de valor de activos biológicos e produtos agrícolas deveriam ser mensuradas ao custo. Tais alterações de valor só seriam relevantes como indicador de desempenho numa empresa envolvida na actividade agrícola no momento em que ocorre a venda, ou quando é reconhecida a amortização, no caso de activos biológicos. Defendiam que a contabilização de activos biológicos e de produtos agrícolas devia seguir os mesmos princípios contabilísticos de todas as outras indústrias. O reconhecimento de ganhos não realizados não era uma alternativa contabilística aceitável e confundia em vez de realçar o desempenho financeiro. Nestas circunstâncias, ganhos de valor não realizados (divididos entre alterações biológicas ou alterações no preço) deviam ser incluídos no balanço, no valor do activo, e só reconhecidos na demonstração dos resultados a parte do proveito operacional realizado.

Somos da opinião de que as variações do justo valor devem ser divulgadas na totalidade no capital e reconhecidas no resultado líquido do período à medida que os proveitos sejam realizados (alínea b)). Defendemos que, tal como o estabelecido por outras normas, os proveitos não realizados não devem afectar o resultado líquido do período, pois vão influenciar erradamente, quer os indicadores de desempenho da empresa, quer os sócios/accionistas acerca do valor a distribuir como dividendos. Consideramos que as variações resultantes das alterações do justo valor de activos biológicos estão condicionadas às próprias condições climáticas, pelo que, não vemos lógica destas alterações afectarem directamente os resultados do período em que ocorram.

Relativamente a este assunto que foi tão polémico, a NIC 41 veio estipular que *“um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um activo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um activo biológico devem ser incluídos nos resultados do exercício do período em que surjam”* (IASB, 2000, § 26).

Refere ainda que, “*um ganho ou uma perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto de venda deve ser incluído nos resultados do período em que surja*” (IASB, 2000, § 28).

### **3.6 – Componentes da Alteração do Justo Valor**

As alterações do justo valor dos activos biológicos de uma empresa são causadas, por um lado, por alterações físicas (incluindo crescimento biológico, degeneração, procriação e colheita) e, por outro, por alterações dos preços unitários no mercado. Surge a questão de saber se as empresas devem ser encorajadas, ou obrigadas, a divulgar o valor físico e alterações dos preços separadamente, quando o ciclo produtivo for superior a um ano. Nestas circunstâncias, as questões postas à discussão pelo IASB são as seguintes, em alternativa (IASB, 1999):

- (a) Uma empresa deve ser obrigada a divulgar separadamente as componentes das alterações do justo valor dos activos biológicos devidas a alterações físicas e alterações de preços.
- (b) Uma empresa deve ser encorajada, mas não obrigada, a divulgar separadamente as componentes físicas e de preços das alterações do justo valor de activos biológicos.
- (c) A divulgação separada das alterações das componentes físicas e de preços deve ser proibida porque usualmente não podem ser mensuradas com confiança.

Alguns intervenientes consideravam que as empresas deviam ser obrigadas a divulgar separadamente as componentes das alterações do justo valor dos activos biológicos devidas a alterações físicas e alterações de preços (alínea a) e o fizeram sem qualquer restrição, são: o ICANZ (2000), SAAJ (2000), ICAZ (2000), CNDC e CNR (2000) e a RJ (2000).

A favor de que as empresas devem ser encorajadas, mas não obrigadas, a divulgar separadamente as componentes físicas e de preços das alterações do justo valor de activos biológicos (alínea b) encontramos, por exemplo, o IAFEI (2000), EC (2000), ICMAP (1999), FAR (2000), IMCP (2000), MIA (2000), CICA (2000), MASB (2000), Deloitte Touche Tohmatsu (2000), Ernst & Young (2000), Nestlé (2000) e o Abe (2000), por considerarem que para ciclos de produção inferiores a um ano a desagregação das alterações do justo valor de componentes físicas e de preços não era necessária. Esta informação não deve ser obrigatória porque existem algumas circunstâncias em que as alterações do justo valor das componentes físicas e de preços não podem ser determinadas com fiabilidade. Consideraram, no entanto, esta divulgação importante porque: (i) os dois tipos de alterações afectam o valor económico e ambos são componentes importantes dos proveitos produzidos pelas empresas agrícolas; (ii) a divulgação separada das componentes é útil no

julgamento do desempenho do período corrente e das expectativas futuras; (iii) para alguns tipos de activos biológicos detidos por algumas empresas é possível mensurar correctamente parte, ou a totalidade das alterações do justo valor, devido às alterações físicas e a alterações nos preços, as duas repartidas de um modo fiável.

A favor da alínea c) surgem, por exemplo, a OROC (2000) e a Sulzer (2000), justificando a sua posição na dificuldade de quantificar de modo fiável a distinção entre as alterações das componentes físicas e de preços.

Por fim, destacámos os intervenientes que são contra esta questão de uma forma geral, por não concordarem com nenhuma das alíneas consideradas. Nesta situação, temos o Grupo G100 (2000), EACP (2000) e a EPK (2000). O Grupo G100 (2000) não era a favor da divulgação separada das componentes das alterações do justo valor devido principalmente à falta de fiabilidade da mensuração. A EACP (2000) não considerava que alguma das alternativas fornecidas fosse adequada e não acreditava que os activos biológicos pudessem ser correctamente avaliados ao justo valor. Referia que as suas empresas não podiam mensurar correctamente as alterações das componentes físicas ou de preços para todas as variedades, porta-enxertos e idade das árvores, e não podiam separar a divulgação das componentes físicas e das componentes preço dos activos biológicos. A EPK (2000) não era a favor de nenhuma opção mas não justifica a sua posição.

À semelhança da maioria dos intervenientes, somos da opinião de que as empresas devem ser encorajadas, mas não obrigadas, a divulgar separadamente as componentes físicas e de preços das alterações do justo valor de activos biológicos, até porque os benefícios obtidos com tal divulgação podem não compensar os custos incorridos para efectuar essa análise, não sendo correcto obrigar as empresas a efectuarem tal divulgação.

A NIC 41 vem estabelecer que *“o justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um activo biológico pode alterar-se quer devido a alterações físicas quer devido a alterações de preços no mercado. É útil a divulgação separada de alterações físicas e de preços na avaliação da performance do período corrente e perspectivas futuras, particularmente quando haja um ciclo de produção maior do que um ano. Em tais casos, uma empresa é encorajada a divulgar...”* (IASB, 2000, § 51).

### ***3.7 – Orientação Sobre as Componentes da Alteração do Justo Valor***

Aos intervenientes da discussão pública que considerem que as empresas devem divulgar obrigatoriamente, ou ser encorajadas a separar as alterações do justo valor das componentes físicas e de preços, o IASB coloca as seguintes questões em alternativa (IASB, 1999):

- (a) É adequado que o valor das alterações de justo valor atribuído a alterações físicas e de preços seja mensurado pela diferença entre o valor contabilístico no início do período e o valor contabilístico (justo valor) no fim do período dos activos biológicos com as mesmas características físicas, do início do período, menos os custos estimados no ponto de venda?
- (b) Caso não concorde com a questão anterior, como a modificaria?

Verificamos que a maior parte dos intervenientes é a favor de que o valor das alterações de justo valor atribuídas a alterações físicas e de preços seja mensurado pela diferença entre o valor contabilístico no início do período e o valor contabilístico (justo valor) no fim do período dos activos biológicos com as mesmas características físicas, do início do período, menos os custos estimados no ponto de venda. No entanto, há posições discordantes dessa orientação, como é o caso da IAA (2000), FACPCE (2000), Ernst & Young (2000) e Roberts (2000), que consideraram que a referência é feita apenas em relação ao valor contabilístico no início do período, que inclui as próprias referências para o aumento devido à compra e para a diminuição devido à venda. Julgavam que os exemplos apresentados forneciam uma ampla orientação quando o justo valor fosse determinado na relação directa de um mercado activo. Nestas circunstâncias, sugeriam o uso do valor presente dos futuros *cash flows* para determinar o justo valor. É provável que o valor das componentes das alterações do justo valor dependa da ordem na qual as componentes são estimadas. Neste caso, a norma devia prever orientações sobre quais as componentes que deviam ser determinadas para que esta consistência e esta comparabilidade pudessem ser mantidas. Os dois elementos da alteração do justo valor eram alterações físicas e alterações de preços. Entendiam que a determinação das alterações do justo valor entre crescimento e o preço único dos factores era simplista. Recomendam, por isso, que seja profundamente avaliada, sendo testada em campo antes de ser incorporado na norma.

Consideramos adequada a alínea (a) para facilitar a divulgação das componentes das alterações de justo valor dos activos biológicos. Contudo, temos consciência de que podem surgir situações onde não seja possível que a orientação da estrutura da divisão seja de suficiente segurança para garantir a utilidade, tal como nos sistemas agrícolas com ciclos de produção iguais ou inferiores a um ano.

Relativamente a este assunto a NIC 41 veio estipular que “... *uma empresa é encorajada a divulgar, por grupo ou de qualquer outra maneira, a quantia de alterações no justo valor menos custos estimados no ponto de venda incluída nos resultados líquidos devida a alterações físicas e a*

*alterações de preços. Esta alteração é geralmente menos útil quando o ciclo produtivo seja menor do que um ano ” (IASB, 2000, § 51).*

## **4 – CONCLUSÃO**

A importância da actividade agrícola tem vindo a aumentar nos últimos anos, uma vez que a actividade agrícola se transformou numa actividade económica com elevada competitividade. Neste sentido, surgiram novas necessidades de informação financeira sobre o sector, que conduziu à necessidade crescente de harmonização contabilística da actividade agrícola.

A emissão da NIC 41 “Agricultura” por parte do IASB, constituiu um relevante avanço na evolução da harmonização contabilística internacional, ocorrido nos últimos anos.

Neste trabalho analisámos a discussão do projecto de norma, que foi muito polémica e com opiniões muito controversas por parte dos intervenientes na discussão pública, a começar pela própria definição de justo valor. O IASB adoptou o critério valorimétrico do justo valor para activos biológicos e produtos agrícolas no momento da colheita.

Toda a polémica levantada conduziu a uma maior relevância da valorização ao justo valor em relação ao custo histórico, ainda que possa levar, pelo menos numa primeira fase, a alguma redução da fiabilidade e ao aumento da complexidade do sistema devido à própria aceitabilidade da valorização ao justo valor.

Do exposto, consideramos que o justo valor pode ser determinado com base no preço do mercado activo inserido numa dada localização de venda ou uso. Também consideramos a distinção feita entre actividade agrícola e pós-processamento adequada ao prescrever o tratamento contabilístico para activos biológicos durante o período de crescimento, procriação e degeneração, e para a mensuração inicial de produtos agrícolas no ponto de colheita, fornecendo informação numa base de valorização consistente ao justo valor até ao ponto de transferência entre estes dois tipos de classes de activos.

Julgamos que o justo valor é uma boa forma de valorizar todos os activos biológicos, contudo temos consciência da dificuldade dessa valorização, devido à inexistência de mercados activos. No modelo de valorização assente no custo histórico, as alterações físicas ou de aumento das quantidades não têm reflexo apropriado nos resultados quando ocorrem. Pesamos que, para análise do desempenho de uma empresa, o justo valor fornece informação relevante para a tomada de decisões.



Somos da opinião de que as variações do justo valor devem ser divulgadas na totalidade no capital e reconhecidas no resultado líquido do período à medida que os proveitos sejam realizados. Os ganhos não realizados devem ser reflectidos no balanço, ou seja, no valor contabilístico do activo por contrapartida de capital, e só transferidos para resultados quando realizados. Acreditamos que a valorização ao justo valor de activos agrícolas é uma extensão natural das práticas correntes, logo um método valorimétrico apropriado para ser utilizado.

Pensamos que a divulgação da informação sobre a natureza e o estágio de produção para cada grupo de activos biológicos deverá ser apenas narrativa, bastando para isso que este facto apareça divulgado nas notas do ABDR tendo a empresa a possibilidade de poder escolher quantificar a mensuração separadamente.

Consideramos que as empresas devem ser encorajadas, mas não obrigadas, a divulgar separadamente as componentes físicas e de preços das alterações do justo valor de activos biológicos. As alterações do justo valor das componentes físicas e de preços nas empresas do sector vitivinícola podem não ser determinadas com fiabilidade, não se encarando assim relevante a obrigatoriedade de tal informação.

## Bibliografia

**Abe**, R., University of Kyoto – Japan, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

**Amen**, M., University of Berne – Switzerland, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

American Institute of Certified Public Accountants, **AICPA**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

**Arthur Andersen**, International, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

**Ascom** – Switzerland, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Association for Investment Management and Research, **AIMR**; Financial Accounting Policy Committee, **FAPC** – USA, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

- Association of Chartered Certified Accountants, **ACCA** – UK, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Australasian Council of Auditors-General, **ACAG** – Australia, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, Novembro, 02.
- Australian Accounting Reserach Foundation, **AARF** and the Public Sector Accounting Standards Board, **PSASB**, 1999, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, Novembro, 02.
- Canadian Farm Business Management Council, **CFBMC** – Canada, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Canadian Institute of Chartered Accountants, **CICA** – Accounting Standards Staff, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Chartered Institute of Management Accountants, **CIMA**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Coillte Teoranta, **CT** – Irish Forestry Board, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Comissão de Normalização Contabilística, **CNC**, 1993, “*Directriz Contabilística nº 13*”, “Conceito de Justo Valor”, Normas Contabilísticas Aplicáveis em Portugal, Julho.
- , **CNC**, 2007, *Projecto de Novo Modelo de Normalização Contabilístico*, [http://www.cnc.min-financas.pt/sitecnc\\_divulg\\_SNC.htm](http://www.cnc.min-financas.pt/sitecnc_divulg_SNC.htm), Novembro 2007.
- Conselho da Comunidade Económica Europeia, **CCEE**, 1978, “Contas Anuais de Certas Formas de Sociedade”, *Directiva 78/660/CEE*, aprovada em 25 de Julho (4ª Directiva), Bruxelas.
- , **CCEE**, 1983, “Contas Consolidadas”, *Directiva 83/349/CEE*, aprovada em 13 de Junho (7ª Directiva), Bruxelas.
- Consiglio Nazionale dei Dottori Commercialisti, **CNDC** and Consiglio Nazionale dei Ragionieri, **CNR** – Joint Response – Italy, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Deloitte Touche Tohmatsu**, International, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- East African Coffe Plantations, **EACP** – Australia, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Eastern Produce Kenya, **EPK**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

**Esteban Pagola**, A. I.; M. J., **Luna Jiménez**, 2000, “Los instrumentos financieros en la normativa contable internacional: el valor razonable” *Técnica Contable*, Novembro.

**Ernst & Young** – International, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

European Commission, **EC**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

——, **EC**, 2001, “Altera as Directivas 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE do conselho relativas às contas anuais consolidadas aplicáveis às contas anuais e consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros”, *Directiva 2001/65/EC*, aprovada em 27 de Setembro, Bruxelas, (Online) available at: <http://europa.eu.int/eur-lex/en/consleg/pdf/en>, Novembro, 03.

——, **EC**, 2003, “Altera as Directivas 78/660/CEE, 83/349/CEE e 86/635/CEE relativamente às regras de valorimetria aplicáveis às contas anuais e consolidadas de certas formas de sociedades bem como dos bancos e de outras instituições financeiras”, *Directiva 2003/51/EC*, aprovada em 18 de Junho, Bruxelas, (Online) available at: <http://europa.eu.int/eur-lex/en/consleg/pdf/en>, Novembro, 03.

**F Hoffmann-La Roche** – Switzerland, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Federación Argentina de Consejos Profesionales de Ciencias Económicas, **FACPCE**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Federation of Swiss Industrial Holding Companies, **FSIHC**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

**Fernandes**, G., 2000, “Normas Internacionais de Contabilidade”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Nº 225, Vol. LVII, 1º Trimestre, 169-189.

Föreningen Auktoriserade Revisorer, **FAR** – Sweden, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Fiji Institute of Accountants, **FIA**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Group of 100, **G100**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

**Illovo Sugar** – South Africa, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

- Indian Institute of Management Calcutta, **IIMC** – India – Asish k. Bhattacharyya, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Institut der Wirtschaftsprüfer, **IDW** – Germany, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Institute of Certified Public Accountants of Kenya, **ICPAK**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Institute of Chartered Accountants in Australia, **ICAA**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Institute of Chartered Accountants in England & Wales, **ICAEW** – UK, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Institute of Chartered Accountants of New Zealand, **ICANZ**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Institute of Chartered Accountants of Zimbabwe, **ICAZ**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Institute of Cost and Management Accountants of Pakistan, **ICMAP**, 1999, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Institute of Management Accountants, **IMA** – USA, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Instituto de Auditores-Censores Jurados de Cuentas de España, **IACJCE** – Spain, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- Instituto Mexicano de Contadores Públicos, **IMCP** – Mexico, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.
- International Accounting Standards Board, **IASB**, 2004a, *International Accounting Standard, IAS 1*, “Presentation of Financial Statements”, Revisão de 2004, London: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_textos\\_consolidados/IAS\\_01\\_Reg\\_2238\\_2004\\_TC+reg1910+108.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IAS_01_Reg_2238_2004_TC+reg1910+108.pdf), Novembro, 05.
- , **IASB**, 2004b, *International Accounting Standard, IAS 2*, “Inventories”, Revisão de 2004, London: [http://www.cnc.min-financas.pt/IAS\\_textos\\_consolidados/IAS\\_02\\_Reg\\_2238\\_2004.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/IAS_textos_consolidados/IAS_02_Reg_2238_2004.pdf), Novembro, 05.

International Accounting Standards Committee, **IASC**, 1999, Proposed International Accounting Standard Agriculture, *Exposure Draft E65*, “Agriculture”, July, London: IASC.

——, **IASC**, 2000, *International Accounting Standard, IAS 41*, “Agriculture”, December, London, tradução Portuguesa publicada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a permissão do IASCF, 2003.

International Actuarial Association, **IAA**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

International Association of Financial Executives Institutes, **IAFEI**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

International Federation of Accountants, **IFAC**; Public Sector Committee, **PSC**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Japanese Institute of Certified Public Accountants, **JICPA**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Malaysian Accounting Standards Board, **MASB**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Malaysian Institute of Accountants, **MIA**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

National Board of Accountants and Auditors, **NBAA** – Tanzania, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

**Nestlé** – Swetzerland, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

**Nutreco** – Netherlands, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, **OROC**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Ordre des Experts Comptables, **OEC**; Compagnie Nationale des Commissaires aux Comptes, **CNCC** and Conseil National de la Comptabilité, **CNC** – Joint Response – France, 2002, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Plano Oficial de Contabilidade, **POC**, 1989, Aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89 de 21 de Novembro.

**PriceWaterhouseCoopers** – International, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Raad voor de Jaarverslaggeving, **RJ** – Council for Annual Reporting – Netherlands, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Revista Española de Financiación y Contabilidad, **REFC**, 1998, “Borrador de Declaraciones de Principios sobre Agricultura”, *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, (Tradução espanhola do *Draft Statement of Principles* (DSOP, 1996)), enero-marzo, Vol. XXII, nº 94, 241-282.

**Roberts**, D. L., University of New England, – Australia, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

Security Analysts Association of Japan, **SAAJ**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

South African Institute of Chartered Accountants, **SAICA**, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

**Southcorp** – Australia, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.

**Sulzer** – Switzerland, 2000, *Comments on E65*, “Agriculture”, In International Accounting Standards Board (Online) available at: <http://www.iasb.org.uk>, November, 02.